

O perfil dos atores sociais envolvidos no cooperativismo de materiais recicláveis no Distrito Federal.

Brenda Ferrerira Silva¹
Carlos Magno Martins da Silva²
Paulo César Chagas³
José Maria de Oliveira⁴

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o perfil dos gestores dos empreendimentos sociais no âmbito do Distrito Federal, pois, trata das experiências vividas por catadores de materiais recicláveis, na busca por melhores condições de vida e sua inserção no mercado de trabalho. O referencial teórico estudado abordou as novas formas de organização dos trabalhadores e como a economia solidária tem sido uma construção de experiências diferentes que apontam para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, se contrapondo ao modelo capitalista existente. Em termos metodológicos, foi utilizada quanto a abordagem do problema uma pesquisa quantitativa com o objetivo de identificar os atores sociais envolvidos no cooperativismo do Distrito Federal. Os resultados encontrados sugerem que o Estado, tanto no âmbito Federal quanto local, implemente políticas públicas que possam garantir a efetiva autonomia econômica desse segmento da população, resgatando parte da dívida social para com eles.

Palavras-chave: Economia Solidária, Catadores de Materiais Recicláveis.

¹ Bacharel em Administração

² Doutorando em Gestão Empresarial – Universidade de Évora – Portugal – Professor da Universidade Católica de Brasília

³ Mestre em Ciências Contábeis – Professor da Universidade Católica de Brasília

⁴ Doutor em Administração Comércio Exterior – Professor da Universidade Católica de Brasília

1. Introdução

É preciso reconhecer que a nossa sociedade precisa redefinir algumas prioridades, diferentes das que estão hoje em vigência no Brasil. A globalização até agora trouxe mais desvantagens do que vantagens para o trabalhador brasileiro, quando se pensa nos resultados sociais das políticas neo-liberais, principalmente ressaltando-se o uso que o governo faz de seus princípios, percebe-se o agravamento das desigualdades sociais em geral.

Assim, as desigualdades nas suas mais diferentes formas trouxeram um grande número de pessoas excluídas, de tal forma que a alternativa sugerida se baseia no conceito de Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Os EES aparecem como uma forma de organização do trabalho que permite que a distribuição da renda dos trabalhadores seja dirigida mais diretamente às famílias.

Segundo Singer (2002, p.7), o capitalismo impera há tanto tempo que se tende a tomá-lo como natural, ressaltando que a competição imposta pelo capitalismo chama a atenção apenas para pessoas vencedoras, não havendo espaços para perdedores.

A solidariedade na economia é possível a partir de uma organização igualitária pelas pessoas que se associam. Mas se mesmo as cooperativas se cooperassem, seria inevitável que algumas se destacassem no mercado, enquanto outras por sua vez iriam piorar, isso devido ao comprometimento e habilidades das pessoas que as compõem.

Assim, os debates gerados dentro de sistemas de economia solidária se intensificam à medida em que promovem condições para pessoas e famílias de condições humildes aceder a uma forma de trabalho independente que melhora a renda sem contudo ser necessária a criação e empregos formais. Dentro desse contexto, este trabalho visa analisar o perfil dos gestores sociais envolvidos no cooperativismo de materiais recicláveis no Distrito Federal. Nota-se que a necessidade de uma nova organização do trabalho e dos trabalhadores tem sido entendida pelos próprios excluídos.

Verifica-se a construção de experiências diferentes, que apontam não apenas para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, mas para uma possível solução de problemas de sobrevivência. Em função disso, os empreendimentos sociais vêm, em grande medida, se contrapondo ao modelo capitalista existente, fazendo com que os trabalhadores exercitem a democracia, buscando novas relações de trabalho e, principalmente, a inserção de indivíduos excluídos do processo de desenvolvimento capitalista.

Esses empreendimentos têm o desafio de construir a democracia no plano interno, que consiste na construção de novas relações de trabalho, sem esquecer das lutas pelos direitos sociais e por políticas públicas, com a busca simultânea de resultados econômicos e de

inclusão na sociedade.

Assim, esses empreendimentos se constituem a partir de novas relações de trabalho e renda para excluídos. Entre esses novos indivíduos, formados sob o ponto de vista de uma nova forma de remuneração do trabalho, os empreendimentos sociais aparecem como forma de salvação para os setores abandonados. Enfim, esse debate sobre inclusão/exclusão econômica e política, nos leva à certeza da necessidade de serem construídos novos modelos de desenvolvimento que surgem de uma lógica diferente daquela utilizada no processo atual de globalização.

1.1 Problema da Pesquisa

Os empreendimentos sociais entendem a busca pelo desenvolvimento econômico e tecnológico não como fim, mas como meio de promover o desenvolvimento humano e social. Surgem no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais, consolidando-se como um sistema econômico e social diferenciado, na busca pela sobrevivência. Neste novo espaço econômico, destacam-se os catadores de material reciclável, vítimas do mais alto grau de exclusão pela sociedade, vivendo com suas famílias em lugares onde ninguém mais viveria: nos lixões, à procura de alimento e de renda.

Normalmente a população não percebe a importância da atividade de catador para a sociedade, pois no âmbito social, esses resíduos recolhidos são transformados em matéria prima e voltam à sociedade sob a forma de renda para esses trabalhadores e, do ponto de vista ambiental, sob a forma de produtos de materiais reciclados.

O Distrito Federal é conhecido nacionalmente por seus altos índices de desigualdade social, onde uma população que reside em moradias nobres, auferem renda dezesseis vezes superior à de um morador da periferia, cujo sustento se faz com base em reciclagem de papel e outros resíduos. Se um lado existe uma população com altos índices de consumo, gerando lixo das mais diferentes naturezas, de outro, está uma população pobre, residente em áreas periféricas, com quase nenhum poder de consumo.

Os trabalhadores de materiais recicláveis são vistos como independentes, porém discriminados pela sociedade, que não reconhece o seu trabalho de forma positiva. É importante ressaltar que esse trabalho está em expansão no Brasil; só em Brasília, existem cerca de 3.250 trabalhadores na atividade de recicláveis, com renda mensal que oscila entre R\$ 350,00 e R\$ 1.000, de acordo com a Central de Cooperativas do Distrito Federal (CENTCOOP, 2006)

Porém, apesar do grande número de associações/cooperativas que estão surgindo nesse segmento, apresentando uma dinâmica própria, tais empreendimentos ainda são incipientes e restritos às experiências de reaproveitamento dos materiais recicláveis, limitando-se apenas à

separação primária dos mesmos.

Logo, tendo como base a forma de organização desses indivíduos nos empreendimentos sociais, construída como uma alternativa de desenvolvimento sustentável e solidário, torna-se imprescindível neste trabalho analisar a fragilidade dos empreendimentos recicláveis no Distrito Federal pelo perfil dos seus atores principais. Assim, o atual trabalho parte da seguinte questão de pesquisa: **“Quem são os atores principais envolvidos no cooperativismo de materiais recicláveis no Distrito Federal ?”**

1.2 Os objetivos da pesquisa

Como objetivo geral procurou-se identificar os atores sociais envolvidos no cooperativismo de materiais recicláveis no Distrito Federal.

E como objetivos específicos listam-se os seguintes:

- Identificar o perfil dos gestores dos empreendimentos sociais;
- Verificar a participação do Estado nos empreendimentos sociais no Distrito Federal;
- Analisar as relações estabelecidas entre os empreendimentos sociais e a sociedade.

O presente trabalho ressalta as atividades desenvolvidas pelas populações de catadores de materiais recicláveis e sob o ponto de vista de localização, o estudo está restrito ao âmbito do Distrito Federal, com foco específico nas organizações de catadores de materiais recicláveis.

Para este trabalho, do ponto de vista teórico, as experiências trazidas situam-se no campo do cooperativismo popular, isso traz atores envolvidos social e economicamente nos empreendimentos, focando atividades desenvolvidas por um determinado grupo de pessoas excluídas e discriminadas pelo mercado formal, e mais especificamente, populações marginalizadas como os catadores de materiais recicláveis. Do ponto de vista do espaço, a pesquisa será focada em cooperativas de materiais recicláveis no Distrito Federal, que oferecem alternativas para o lixo produzido no DF, esse tratamento dado ao lixo proporciona transformação em artesanato, por exemplo, para a obtenção de renda.

É importante, neste estudo ressaltar a relação desenvolvida entre as cooperativas de recicladores, principalmente com a criação da CENTCOOP-DF - Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, que agrega cooperativas do Distrito Federal e do entorno de Brasília. Trata-se de empreendimento que busca o desenvolvimento econômico, sustentável e solidário, visando a melhoria na qualidade de vida dos catadores e a ampliação da inclusão social e econômica desses agentes ambientais.

1.3 Relevância da Pesquisa

Sendo a sede do governo federal, o Distrito Federal apresenta uma característica diferente das demais cidades do país: Brasília recebe pessoas dos diversos Estados da Federação que chegam para trabalhar investidas em funções de confiança ou terceirizadas nos órgãos públicos federais. Em decorrência, sobram pessoas sem qualificação para os postos de trabalho, essa parcela da população excluída fica, na maioria das vezes, na informalidade e nos subempregos.

A representação do cooperativismo no Distrito Federal está diretamente ligada ao processo econômico no DF que, por não sendo um pólo industrial, conta hoje, com 20% de desempregados, numa população economicamente ativa de 1.199.800 pessoas. Os trabalhadores do setor de materiais recicláveis representam uma população de 3.250 pessoas, ou seja, 0,33% do total do Pessoal Ocupado no DF desenvolvem atividades de reciclagem, de acordo com relatório de PED/DF – Secretaria do Trabalho/DF/ DIEESE. Esses números podem ser maiores ainda, pois nem todos os empreendimentos sociais conseguem obter o número necessário de associados para que possam sair da informalidade. Sem isso, muitos empreendedores não conseguem pagar as despesas decorrentes da manutenção do empreendimento e, por essa razão, ainda preferem viver na informalidade.

Tal situação, muitas vezes, gera prejuízo para as cooperativas/associações, pois a ausência de registro como pessoa jurídica inviabiliza que empresas ou fundações contratem seus serviços, haja vista que as mesmas não podem emitir nota fiscal. Muitas vezes, os gestores dos empreendimentos preferem permanecer na condição de associação, sem necessidade de pagar impostos. Entretanto, se os empreendimentos não estiverem registrados, não receberão apoio de fundações institucionais do Governo Federal ou do Governo local.

Outra questão importante a ser ressaltada é a situação de risco que muitos catadores enfrentam, são muitas as pessoas que sobrevivem nas regiões circunvizinhas dos lixões, com um número ainda maior de crianças envolvidas no trabalho da coleta e separação do lixo é muito expressivo.

É nesse contexto que surge a importância do estudo da Economia Solidária (ES), novo processo de inserção econômica, por meio da geração de trabalho e renda que, além de despertar vários interesses, em especial dos segmentos cooperativistas, acentua a consolidação de uma nova organização do trabalho, processo esse que vem sendo estudado nas diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia e a Administração. No campo da Administração, observam-se aspectos importantes das formas organizacionais, considerando que a dinâmica da união de trabalhadores implica em aspectos inéditos de gestão, de empreendimentos sociais e de divisão igualitária de tarefas e lucros, apontando para novos

conceitos de gestão administrativa.

2 Cooperativismo, empreendedorismo, responsabilidade social e economia solidária

É a união de pessoas ou organizações voltadas para um objetivo comum, sem visar lucro. O cooperativismo, como o próprio nome já diz, tem como sua maior finalidade, libertar o homem do individualismo por meio da cooperação entre seus associados, satisfazendo assim as suas necessidades. Defende a reforma pacífica e gradual da coletividade e a solução dos problemas comuns por meio da união, auxílio mútuo e integração entre as pessoas. Busca a correção de desníveis e injustiças sociais com a repartição equânime e harmoniosa de bens e valores.

Assim sendo, o cooperativismo é um movimento internacional, que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, em bases democráticas, através de empreendimentos que atendam às necessidades reais dos cooperados e remunerem adequadamente cada um deles. Entende-se o empreendedorismo, como uma atitude, uma postura perante a vida, um estado de espírito que motiva e impulsiona setores a sonhar e agir, para serem agentes de mudança e transformação.

É a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente com a sociedade, estabelecendo metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Segundo Arroyo e Schuch (2006, p.63), é a economia que se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de empreendimentos coletivos, como entre empreendimentos para obter saltos de competitividade.

2.2 A globalização como instrumento de exclusão da sociedade

Os efeitos da globalização mundial fizeram com que muitos trabalhadores ficassem à margem de uma economia vulnerável e predatória. Esses efeitos são facilmente vistos ao se observar o crescimento das desigualdades entre as classes da população mundial.

Segundo Cattani (1996, p. 40), o desemprego, entendido não apenas como ausência de atividade e de relações assalariadas, mas como uma situação, um *status* social, transformou-se em indispensável elemento explicativo dos problemas e das tendências da transformação econômica e social neste século. Ressalta, ainda, aquele autor, que nunca na história da humanidade foram produzidos tantos bens e serviços, mas nunca com tamanha injustiça no seu acesso. Antunes (2000, p.174) faz uma interessante abordagem sobre a diminuição dos postos de trabalho e como o capitalismo mundial transforma o mundo do trabalho, tornando seus desafios cada vez mais transnacionais.

Essa tendência do capitalismo de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora faz com que a classe mais endinheirada tenda a se fechar no seu próprio mundo, enquanto que a classe menos favorecida e dependente da venda de sua força de trabalho para ganhar a vida de forma digna, não encontra quem compre sua mão-de-obra, ficando à margem do subemprego e da exploração capitalista.

Singer (2002, p.51) ressalta que os empreendimentos sociais vêm se tornando uma perspectiva viável para muitos excluídos do mercado de trabalho, com a inserção desses trabalhadores é possível alcançar uma relação de custos e benefícios para esses trabalhadores, principalmente do respeito que essas associações/cooperativas trazem tanto para o associado quanto para a comunidade onde este empreendimento está inserido.

Forrester (1997, p. 9), lembra como o desemprego é temido em toda a parte, onde diante de tantas promessas, quase falaciosas os trabalhadores se vêem em eterna caça pelo emprego tão desejado e de muitas promessas feitas, eles sempre estão em busca de um trabalho que não existe. Já Durkheim (1989) esclarece as pressões sofridas por um trabalhador que perde seu vínculo de trabalho, o que implica em uma quebra da sociabilidade, conceituada pelo sociólogo como “anomalia social” que chega a interferir na sua vida com família e amigos. Como não existe um vínculo empregatício, mais do que estar à margem da marginalidade econômica, as pessoas nessa situação acabam desvinculadas da sociedade salarial.

Outros autores enfatizam que a lógica da exclusão social é implícita ao capitalismo e que a visão dos muitos contingentes de trabalhadores desempregados serve para o mercado como uma regulação do valor da força de trabalho. Ressaltam, ainda, que no capitalismo, sempre estará em jogo a preservação do capital propriamente dito.

Cattani (1996) ressalta que a vitória neoliberal agravou as desigualdades sociais, a degradação do meio ambiente, o aumento da exploração de milhões de trabalhadores e de centenas de países pobres. Porém, nesse período, surgiram práticas e valores civilizatórios, traduzidos pelo pensamento de cooperação, solidariedade, paz, compromisso com a vida e principalmente com a inclusão social.

Assim, dentro desse novo debate sobre exclusão e inclusão econômica e política é que surgem os novos modelos de desenvolvimento. Esse debate nos leva a constatação da necessidade de serem construídos novos paradigmas para identificar o perfil dos novos empreendedores e como esses empreendimentos sobreviverão em uma economia excludente.

Streit (2006) relata que os próprios excluídos são apoiados por organizações associativas e cooperativas, construindo experiências diferentes, geralmente locais, que apontam não apenas para a reconstrução dos espaços públicos, mas também para a solução de

problemas imediatos de sobrevivência. Com isso tem-se verificado a proliferação de formas coletivas de trabalho para a produção, distribuição e consumo de bens e serviços baseados na reciprocidade e na cooperação.

Segundo Singer (2006), quando se fala em economia solidária e experiências sociais, reporta-se ao grande avanço na construção de novos conceitos de desenvolvimento, apesar dos muitos desafios a serem ainda enfrentados. O combate à pobreza de qualquer forma, sobretudo por meio de empreendimentos solidários não podem ser individualizados como algumas políticas públicas praticadas atualmente.

Pelo exposto, percebe-se que muitos autores apontam para a insustentabilidade do modelo econômico atual implementado ao longo das últimas décadas, bem como para a necessidade de construção de um outro, alternativo, que seja capaz de abrir possibilidades para o crescente número de trabalhadores excluídos.

2.3 Economia Popular e Solidária

Segundo Arroyo e Schuch (2006, p.57), atividades econômicas são as atividades que se relacionam com o desenvolvimento e a organização da sociedade para atender um conjunto de demandas individuais e coletivas, pois, o consumo é norteado não para atender a uma necessidade humana, mas sim pelo desejo e a satisfação que proporciona.

Já a idéia de popular tem significados distintos: um deles trata dos vários setores da população, que na verdade são os despossuídos e excluídos em uma sociedade em que o império gira em torno do capitalismo, outro que remete à idéia de identidade com os segmentos populares. Porém, é importante ressaltar que nem todas as iniciativas populares no âmbito da economia popular referem-se a economia solidária, uma vez que muitas delas tem o foco em sua própria sobrevivência.

Muitos autores estudam o crescimento da economia solidária, não apenas no âmbito da democracia, da coletividade ou das dinâmicas vivenciadas nos empreendimentos sociais, mas também, iniciativas solidárias que se contrapõem às iniciativas capitalistas principalmente relacionados às organizações de materiais recicláveis com o foco na ressocialização de populações marginalizadas.

2.4 A economia solidária no Distrito Federal

Cabe mencionar que no contexto desse estudo de Economia Solidária, no Distrito Federal, torna-se imprescindível conhecer como as cooperativas estabelecem suas relações com as comunidades onde estão inseridas, e as relações com o poder público. Cabe acrescentar que esses empreendimentos, quando não conseguem se viabilizar e se firmar economicamente precisam de subsídios e apoio, principalmente com financiamentos do poder público federal. Porém, o grande problema é que as instituições financeiras não foram feitas

para as pessoas de baixa renda, mesmo quando se procura mostrar que trabalhar com pessoas de baixa renda é lucrativo, que essas pessoas são do tipo “bancarizável”.

Assim, uma situação estável seria aquela em que o poder público, elaborasse projetos que impulsionassem as organizações, sem a criação de dependência. Essa ação estaria de acordo com um novo modelo de desenvolvimento. No caso do Distrito Federal, os catadores de materiais recicláveis, objeto deste estudo, recebem ajuda dos Governos local e Federal, o primeiro com a doação de galpões estruturados para a separação do lixo, o segundo por meio da coleta seletiva implantada em toda a Esplanada dos Ministérios, conforme decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006 que “Institui a separação de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.” De qualquer maneira são importantes e fortes as relações entre as organizações de catadores, tanto em nível federal como em nível distrital.

3 Metodologia da Pesquisa

Pode-se definir a metodologia como um processo racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são apresentados. Segundo Rudio (1981, p.14), o trabalho de pesquisa não é de natureza mecânica, mas requer imaginação criadora e iniciativa individual. Talvez uma das maiores dificuldades das que se iniciam na pesquisa científica, seja a de imaginar um roteiro minucioso.

A presente pesquisa foi classificada do ponto-de-vista da forma de abordagem do problema, como quantitativa e segundo o objetivo geral, como pesquisa descritiva e documental (Vergara, 2000). Na abordagem quantitativa tem-se o objetivo de traduzir em números as informações obtidas junto aos atores para classificá-las e analisá-las. Na abordagem descritiva, o objetivo é descrever as características de determinado grupo, para que seja feito o levantamento da situação atual das cooperativas de materiais recicláveis do Distrito Federal por meio do instrumento de coleta de dados.

O universo da pesquisa são os atores sociais envolvidos no cooperativismo de materiais recicláveis no Distrito Federal. As entrevistas foram aplicadas nas cooperativas que estão associadas à Central de Cooperativas que agrupa um total de 13 cooperativas. A pesquisa de campo foi direcionada aos gestores sociais das 13 cooperativas associadas à Central de Catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal.

Quando o universo de investigação é geograficamente concentrado e pouco numeroso, convém que sejam pesquisados todos os elementos. Isto é importante para garantir a conscientização e a mobilização da população em torno da proposta de ação envolvida pela pesquisa. (Gil, 1994). Para a coleta de dados foi utilizado um questionário, em que foi

analisado o perfil dos gestores sociais de cooperativas de materiais recicláveis no Distrito Federal.

4 Análise dos resultados

Pelos questionários aplicados aos gestores nas cooperativas, percebe-se que, em um total de 13 cooperativas e associações, a maioria (76,9%) é constituída por homens, com idade superior a 42 anos (46,2%). Entretanto, o maior número de trabalhadores nas cooperativas é constituído por mulheres, pois, algumas delas já viviam da coleta do lixo para manter a casa e o sustento de seus filhos.

Tais dados indicam que também neste segmento do mercado de trabalho reproduzem-se as mesmas relações de poder baseadas em gênero que se verifica na nossa sociedade. Observa-se aí que os preconceitos, baseados em estereótipos tais como o de ‘incapacidade feminina para a liderança’ estão presentes nessa avaliação. Em parte estes dados. Também mostram as diferentes formas de inserção das mulheres na sociedade, pois elas têm sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado dos filhos.

Os gestores têm, em média, entre 1 a 3 filhos, número relativamente baixo, especialmente quando se constata que os cooperados têm 7 ou mais filhos. Ressalte-se que uma visão comum é que as catadoras ou suas famílias entendem que um maior número de filhos trará maior renda com a coleta de materiais recicláveis. Esse entendimento é preocupante, uma vez que nem as famílias nem o Estado Brasileiro dispõem da estrutura necessária para que essas famílias ou agentes do próprio Estado possam cuidar de tantas crianças.

Tal constatação pode ser relacionada com o maior nível educacional dos gestores, já que 53,9% possuem mais que o Ensino Fundamental completo, e 30,8% possuem o Ensino Médio completo. É importante ressaltar que esses trabalhadores começaram seus trabalhos nas suas comunidades ou nas cidades circunvizinhas a eles, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida desses moradores, especialmente por meio da conscientização da coleta seletiva do lixo.

Os gestores reclamam da falta de projetos dos Governos local e federal para os agentes ambientais. Argumentam que existem bons projetos, mas não há recursos para os agentes se capacitarem. Porém, outra importante questão levantada por alguns gestores na hora da aplicação do questionário diz respeito ao fato de muitos catadores serem analfabetos, ou que quase a metade deles, 46,2%, não concluiu o ensino fundamental, não havendo por parte dos mesmos interesse em cursos de qualificação.

Estas estatísticas dificultam a compreensão da necessidade de capacitação que esses catadores precisam, apesar de mais de 61% dos entrevistados ter feito cursos de capacitação em organizações governamentais como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena

Empresa) , ou em organizações com foco no ramo cooperativista, como a OCDF (Organização das Cooperativas do Distrito Federal).

É importante lembrar que não a profissão de catador não está regulamentada, todos são considerados desempregados. Por outro lado, de acordo com as entrevistas com os membros das cooperativas, essas pessoas começam a atividade de catador de lixo por necessidade, pois não vêem perspectivas de obtenção de trabalho formal. Esses catadores não têm a capacitação ou a qualificação que o mercado exige. Esses trabalhadores auferem uma renda média de R\$ 350,00 mensais, que é o resultado da distribuição dos recursos arrecadados pelas cooperativas, que têm um número reduzido de cooperados trabalhando na captação e separação do lixo. Caso esse número cresça desordenadamente a renda individual tende a reduzir, pois o material a ser coletado não tende a aumentar.

5 - Considerações finais

O estudo dos avanços da economia solidária tem sido muito importante para que esses empreendimentos possam crescer com viabilidade, quanto mais se pesquisa a dinâmica nos empreendimentos solidários no Distrito Federal, mais se percebe como é surpreende a capacidade que os catadores têm de superar os desafios, ensinando que nas dificuldades é que se apresentam novas possibilidades de crescimento.

Esses trabalhadores passam por todo tipo de discriminação, porém não perdem a capacidade de sonhar e buscar o que nunca tiveram; os direitos e garantias fundamentais de todo cidadão brasileiro. Na busca por uma melhor qualidade de vida eles e suas famílias, vão para a rua a procura de peças e materiais que possam ser transformados em objetos úteis e/ou obras de artes.

Milhares de crianças, mulheres e homens encontram na catação de lixo sua fonte de sobrevivência. Muitos moram em abrigos feitos de madeira, papelão ou lata, que são construídos sobre os próprios lixões ou nas suas proximidades.

É surpreendente ver que a maioria dos trabalhadores das cooperativas e associações é formada por mulheres; que são o fôlego desses empreendimentos, retratando a diferença de gênero impregnada na cultura da sociedade brasileira, em que o Estado não atua para melhorar a conscientização das mulheres. Não deixam de ter duas e até três jornadas de trabalho diário para que possam sustentar seus filhos com dignidade, sonham com sua casa própria, com melhores condições de vida.

A importância do resgate da auto-estima dessas pessoas, antes marginalizadas pela sociedade, faz com que repensemos o modo como conduzimos a nossa vida.

É necessário, pois, que o Estado, tanto no âmbito Federal quanto local, implemente políticas públicas que possam garantir a efetiva autonomia econômica desse segmento da

população, resgatando parte da enorme dívida social para com eles. Políticas públicas como a garantia da educação básica, capacitação tecnológica, gerencial, comercialização, etc...

6. Referências Bibliográficas

ANTUNES, RICARDO. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARROYO, J. C. T, SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CATTANI, A. D. **Trabalho e Autonomia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

CENTCOOP (Central da Cooperativas do Distrito Federal). **Relatório Anual 2005**. Brasília, 2006.

DIEESE e Secretaria do Trabalho/DF. Pesquisa de Emprego e Desemprego – DF. PED/DF – Secretaria do Trabalho/DF/ DIEESE, Brasília, DF, 2006.

DUKHEIM, EMILE. **A divisão Social do Trabalho**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **A construção de um mundo melhor**. Porto Alegre, Petrópolis: Editora da Universidade / UFRGS, Vozes, Unitrabalho, Corag e Veraz comunicação, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. Editora Atlas, 1994.

MELLO, CLAITON, STREIT, JORGE, ROVAI RENATO. **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: A contribuição da Fundação Banco do Brasil**. São Paulo: Editora Publisher Brasil Ltda, 2006.

RUDIO, FRANZ VITOR. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SINGER, PAUL. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

STREIT, J. A. **Análise de três empreendimentos econômicos solidários do setor da reciclagem no Distrito Federal: Referências para atuação de apoio das organizações de apoio**. 2006 – Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIVIANE, FORRESTER. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

6. ANEXOS

Tabela I – Percentagem das perguntas:

IDADE?		
	A ENTRE 18-23 ANOS	7,7%
	B ENTRE 24-29 ANOS	7,7%
	C ENTRE 20-35 ANOS	7,7%
	D ENTRE 26-41 ANOS	30,8%
1	E MAIS DE 42 ANOS	46,2%
SEXO?		
	A FEMININO	23,1%
2	B MASCULINO	76,9%
QUANTOS FILHOS?		
	A NÃO TEM FILHOS	7,7%
	B ENTRE 1-3	53,8%
	C ENTRE 4-6	0,0%
3	D ENTRE 7 OU MAIS	23,1%
QUANTOS ANOS MORA EM BRASÍLIA?		
	A ENTRE 1-3 ANOS	0,0%
	B ENTRE 4-7 ANOS	7,7%
	C ENTRE 8-11 ANOS	7,7%
	D ENTRE 12 OU MAIS	61,5%
4	E NASCEU EM BRASÍLIA	23,1%
FORMAÇÃO PROFISSIONAL?		
	A NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO	46,2%
	B NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO	7,7%
	C NÍVEL MÉDIO INCOMPLETO	15,4%
	D NÍVEL MÉDIO COMPLETO	30,8%
5	E NÍVEL SUPERIOR	0,0%
OS GALPÕES DO TRABALHO FOI CEDIDO PELO GOVERNO?		
	A SIM	53,8%
6	B NÃO	46,2%
QUANTOS COOPERADOS HÁ NA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA?		
	A DE 0 A 100	38,5%
	B DE 100 A 200	23,1%
	C DE 200 A 300	23,1%
	D DE 300 A 400	15,4%
7	E MAIS DE 400	0,0%
FEZ ALGUM CURSO DE CAPACITAÇÃO?		
	A SIM	61,5%
8	B NÃO	38,5%
QUAL A RENDA MENSAL PESSOAL OU FAMILIAR?		
	A DE R\$ 0,00 A R\$ 50,00	0,0%
	B DE R\$ 51,00 A R\$ 150,00	7,7%
	C DE R\$ 151,00 A R\$ 250,00	15,4%
	D DE R\$ 251,00 A R\$ 350,00	15,4%
9	E MAIS DE R\$ 351,00	61,5%

Gráficos:



